Lei Maria da Penha

A **Lei Maria da Penha**, denominação popular da [**lei**](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei) número 11.340, de [7 de agosto](https://pt.wikipedia.org/wiki/7_de_agosto) de [2006](https://pt.wikipedia.org/wiki/2006), é um dispositivo legal [brasileiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil) que visa aumentar o rigor das punições sobre [crimes](https://pt.wikipedia.org/wiki/Crime) domésticos. É normalmente aplicada aos homens que agridem fisicamente ou psicologicamente a uma [mulher](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mulher) ou à esposa. No Brasil, segundo dados da [Secretaria de Política para Mulheres](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Secretaria_de_Pol%C3%ADtica_para_Mulheres&action=edit&redlink=1), uma a cada cinco mulheres é vítima de [violência](https://pt.wikipedia.org/wiki/Viol%C3%AAncia) doméstica. Cerca de 80% dos casos são cometidos por parceiros ou ex-parceiros.[[1]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Maria_da_Penha#cite_note-1)

Decretada pelo [Congresso Nacional](https://pt.wikipedia.org/wiki/Congresso_Nacional_do_Brasil) e sancionada pelo então presidente [Luiz Inácio Lula da Silva](https://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_In%C3%A1cio_Lula_da_Silva) em [7 de agosto](https://pt.wikipedia.org/wiki/7_de_agosto) de [2006](https://pt.wikipedia.org/wiki/2006), a lei [entrou em vigor](https://pt.wikipedia.org/wiki/Entrada_em_vigor) no dia [22 de setembro](https://pt.wikipedia.org/wiki/22_de_setembro) de 2006, e já no dia seguinte o primeiro agressor foi preso, no [Rio de Janeiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_de_Janeiro_%28cidade%29), após tentar estrangular a ex - esposa .

A introdução da lei diz:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **“** | Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da lei de 11.340 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. | **”** |

Histórico

O caso nº 12.051/OEA, de [Maria da Penha Maia Fernandes](https://pt.wikipedia.org/wiki/Maria_da_Penha_Maia_Fernandes), foi o caso homenagem à lei 11.340. Ela foi vítima de violência doméstica durante 23 anos de casamento. Em [1983](https://pt.wikipedia.org/wiki/1983), o marido por duas vezes, tentou assassiná-la. Na primeira vez, com arma de fogo, deixando-a [paraplégica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Paraplegia), e na segunda, por [eletrocussão](https://pt.wikipedia.org/wiki/Eletrocuss%C3%A3o) e afogamento. Após essa tentativa de homicídio ela tomou coragem e o denunciou. O marido de Maria da Penha só foi punido depois de 19 anos de julgamento e ficou apenas dois anos em regime fechado, para revolta de Maria com o poder público.

Em razão desse fato, o Centro pela Justiça pelo Direito Internacional e o Comitê Latino - Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), juntamente com a vítima, formalizaram uma denúncia à [Comissão Interamericana de Direitos Humanos](https://pt.wikipedia.org/wiki/Comiss%C3%A3o_Interamericana_de_Direitos_Humanos) da [OEA](https://pt.wikipedia.org/wiki/OEA), ocasião em que o país foi condenado[[2]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Maria_da_Penha#cite_note-2) por não dispor de mecanismos suficientes e eficientes para proibir a prática de violência doméstica contra a mulher.

Essa lei foi criada com os objetivos de impedir que os homens assassinem ou agridam suas esposas, e proteger os direitos da mulher. Segundo a relatora da lei [Jandira Feghali](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jandira_Feghali):

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **“** | Lei é lei. Da mesma forma que decisão judicial não se discute e se cumpre, essa lei é para que a gente levante um estandarte dizendo: Cumpra-se! A Lei Maria da Penha é para ser cumprida. Ela não é uma lei que responde por crimes de menor potencial ofensivo. Não é uma lei que se restringe a uma agressão física. Ela é muito mais abrangente e por isso, hoje, vemos que vários tipos de violência são denunciados e as respostas da Justiça têm sido mais ágeis. | **”** |

A lei alterou o [Código Penal](https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%B3digo_Penal), como a introdução do parágrafo 9, do Artigo 129, possibilitando que agressores de mulheres em âmbito doméstico ou familiar sejam presos em flagrante ou tenham sua [prisão preventiva](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pris%C3%A3o_preventiva) decretada. Estes agressores também não poderão mais ser punidos com penas alternativas. A legislação aumenta o tempo máximo de detenção previsto de um para três anos; a lei prevê, ainda, medidas que vão desde a remoção do agressor do domicílio à proibição de sua aproximação da mulher agredida.

Críticas positivas

A juíza Andréia Pachá considera a lei um marco na história da luta contra a violência doméstica, segundo ela: *"A Lei Maria da Penha foi um passo importante para enfrentar violência contra mulheres [...]"* Acessado em 10 de setembro de 2008. A maioria dos segmentos da sociedade, incluindo a [Igreja Católica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Igreja_Cat%C3%B3lica), consideraram a lei muito bem-vinda. Inclusive em 1990 a [Campanha da Fraternidade](https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_da_Fraternidade), instituída pela CNBB, escolheu o tema “Mulher e Homem — Imagem de Deus”, fazendo clara referência a igualdade de gêneros.[[3]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Maria_da_Penha#cite_note-3) Na Câmara, a deputada representante da bancada feminina [Sandra Rosado](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sandra_Rosado) do [PSB](https://pt.wikipedia.org/wiki/PSB), chamou a atenção de suas companheiras para a aplicação da lei com rigor e prioridade.[[4]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Maria_da_Penha#cite_note-4)

A mudança mais considerável da Lei Maria da Penha foi a introdução do parágrafo 9, do Artigo 129, do [Código Penal Brasileiro](https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%B3digo_Penal_Brasileiro).

Críticas negativas

Alguns críticos alegam que, embora mais rara, a violência contra o homem também é um problema sério, minorizado pela vergonha que sentem em denunciar agressões sofridas por parte de companheiras agressivas.[[5]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Maria_da_Penha#cite_note-5) É caracterizada pela coação psicológica, estelionato (como casamentos por interesse), arremesso de objetos e facadas.

Um dos pontos chave é que o artigo 5º da constituição garante direitos iguais a todos, portanto o termo "violência contra a mulher" é incompleto, pois separa a violência "*[...] contra as mulheres dos demais*".[[6]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Maria_da_Penha#cite_note-6) Um caso típico, foi a série de críticas propagadas por um juiz de [Sete Lagoas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sete_Lagoas), [Edilson Rumbelsperger Rodrigues](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Edilson_Rumbelsperger_Rodrigues&action=edit&redlink=1), contra a lei, segundo ele, entre argumentos a respeito de Adão e Eva, *"A vingar esse conjunto de regras diabólicas, a família estará em perigo, como inclusive já está: desfacelada, os filhos sem regras, porque sem pais; o homem subjugado."*[[7]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Maria_da_Penha#cite_note-7)

Uma outra crítica vem do delegado Rafael Ferreira de Souza, ele afirma *"Quantas vezes presenciei a própria mulher, vítima de uma ameaça ou de uma lesão corporal, desesperada (literalmente) porque seu companheiro ficaria preso [...]"*.

O uso abusivo da lei também foi apontado algumas vezes. A jornalista Ligia Martins de Almeida afirmou que lei pode se tornar "desacreditada" se for usada de forma excessiva. Ligia apontou num artigo ao [Observatório da Imprensa](https://pt.wikipedia.org/wiki/Observat%C3%B3rio_da_Imprensa) que a lei foi usada duas vezes numa mesma semana para tentar livrar homicidas de punição. No caso mais conhecido, os advogados de [Elize Matsunaga](https://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Marcos_Kitano), que matou seu marido, apresentaram a tese de que ela "agiu sob forte emoção" e de que sofria maus tratos para justificar o crime invocando a lei Maria da Penha.[[8]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Maria_da_Penha#cite_note-8)

Um estudo de Fernanda Bhona, 2013, acadêmica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), constatou que de 480 entrevistados, 77% dos homens relatou ter sofrido violência doméstica contra 71% das mulheres. Segundo o estudo: *"Quando o ato violento deixa lesões, hematomas ou causa desmaio após a pancada, cerca de 13% delas são responsáveis pela ação, contra 9,5% das agressões masculinas infligindo danos às parceiras."*[[9]](https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Maria_da_Penha#cite_note-9)